

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Lanches e Quentinhas, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	<i>Hospital Municipal Raul Sertão; Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Setor de Promoção; Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Vigilância Ambiental; Centro de Referência em Saúde do Trabalhador-Ser I; Hemocentro Regional de Nova Friburgo; Subsecretaria de Atenção Básica; Programa Melhor em Casa; Estratégia de Saúde da Família; Subsecretaria de Atenção Básica/Imunização; Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;</i>
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Via Registro de Preço nos termos da Lei nº14.133/21
1.4	Período:	01 (um) ano a contar da assinatura da ATA de Registro de Preço.
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei 14.133/21.

1.6 Aquisição de Lanches e Quentinhas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	HMRS	HMNF	Vig/Pro moção	Vig. Ambi.	Cerest	Hemo centro	AB	MEC	ESF	Imunização	TOTAL
Lanche Remoção e Hemocentro														
AMPLA PARTICIPAÇÃO														
01	3697	Lanches para remoção 1 pão de massa fina ou 2 fatias de pão de forma com 1 fatia de queijo mussarela (30g) +1 unidade de queijo tipo polenguinho (20g) + 1 bombom (15g) + 1 caixa de achocolatado (200ml) + 1 caixa de suco de fruta (200ml) + 1 garrafa de água mineral (500ml) +1 bolinho individual (40g) ou 1 pacote de torrada (15g)	Kit	9.325	226	-	-	-	-	-	-	-	-	9.551
02	3697	Lanches para o hemocentro (2 fatias de pão de forma + 1 fatia de queijo (prato ou minas ou mussarela) ou patê de peito de peru, ou patê de frango, ou patê de presunto + 1 bombom (20g) + 1 caixa de achocolatado (200ml) + 1 caixa de suco de fruta (200ml) + 130g de fruta inteira sem casca ou porcionada + 1 bolinho individual (40g) + <u>OBS: Sempre quando solicitado, o lanche do hemocentro deve ser entregue com os descartáveis que forem necessários como guardanapos, copos e talheres para as</u>	Kit	-	-	-	-	-	9.968	-	-	-	-	9.968

frutas. Sempre de acordo com a necessidade do serviço e solicitação do responsável)

Lanches e Quentinhos para eventos específicos

03	3697	<p>KIT LANCHE CONTENDO:</p> <p>1 UND. ÁGUA MINERAL SEM GÁS ACONDICIONADA EM GARRAFA DE 200 ML. DESCARTÁVEL</p> <p>1 UND. BANANA PESANDO NO MÍNIMO 100 GRAMAS (NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADAS PARA CONSUMO, NÃO DEVENDO ESTAR DANIFICADA POR LESÕES QUE AFETEM SUA APARÊNCIA E UTILIZAÇÃO. ISENTO DE PONTOS AMARELADOS OU APODRECIDOS, LIVRES DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALADA DE FORMA INDIVIDUAL E ACONDICIONADA DE FORMA ADEQUADA.</p> <p>1 UND. MAÇA TIPO NACIONAL PESO MÍNIMO 100 GRAMAS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM FILME PVC NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADOS PARA O CONSUMO NÃO DEVENDO ESTAR DANIFICADO POR LESÕES QUE AFETEM SUA APARÊNCIA E UTILIZAÇÃO. ISENTO DE PONTOS APODRECIDOS, LIVRE DE SUJIDADES E LARVAS. ACONDICIONADA DE FORMA ADEQUADA.</p> <p>1 UND. BEBIDA PRONTA, TIPO NÉCTAR DE FRUTAS, ELABORADA A BASE DE ÁGUA, POLPA DE FRUTA E AÇÚCAR, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DESCARTÁVEL, INDIVIDUAL LACRADA, CONSTANDO: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, FABRICANTE, LOTE E VALIDADE. SORTIDA NOS SABORES UVA, MANGA, PÊSSEGO, GOIABA, LARANJA, ABACAXI OU ACEROLA.</p>	Kit	-	-	190	932	108	-	1.100	372	300	2.590	5.592
----	------	---	-----	---	---	-----	-----	-----	---	-------	-----	-----	-------	-------

		UNIDADE COM 200 ML. CADA. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA ENTREGA. 1 UND. PÃO FRANCÊS COM APROXIMADAMENTE 50 G., EM CONDIÇÕES TÉCNICAS ADEQUADAS, DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA E SAL, DEVENDO, AINDA, APRESENTAR MACIEZ ADEQUADA, COM (01) UMA FATIA DE PRESUNTO TIPO COZIDO SEM CAPA DE GORDURA E (01) UMA FATIA DE QUEIJO PROCESSADO UHT, DEVENDO ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA; VALIDADE DE 01 (UM) DIA A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO (RESOLUÇÃO RDC Nº 90/2020 DA ANVISA).												
COTA EXCLUSIVA														
04	3697	Quentinhas contendo: (150g de arroz, 100g de feijão, 200g de carne assada, 200g de legumes cozidos e 50g de farofa) -700g Maçã tipo nacional, peso mínimo 100 gramas, embalada individualmente com filme PVC no ponto de maturação adequados para o consumo não devendo estar danificado por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos apodrecidos, livre de sujidades e larvas. Acondicionada de forma adequada. Bebida pronta, tipo néctar de frutas, elaborada a base de água, polpa de fruta e açúcar, acondicionada em embalagem descartável, individual lacrada, constando: Identificação do produto, marca, fabricante, lote e validade.	Kit	-	-	-	250	16	-	-	-	-	1.320	1.586



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 1.836/2024
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

		Sortida nos sabores de uva, manga, pêssego, goiaba, laranja, abacaxi ou acerola. Unidade com 200ml.													
--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 1.836/2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da Assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.10 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade constante de um insumo utilizado frequentemente dentro das Unidades de Saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

2.2 O quantitativo acima descrito atenderá à demanda dos Requisitantes em campanhas, eventos, reuniões, sessões e demais eventos organizados pelas Unidades e Dispositivos de Saúde, conforme justificativas apresentadas aos autos em seus respectivos documentos requisitórios.

2.3 O cálculo utilizado para a definição do quantitativo foi baseado no número de profissionais/participantes envolvidos nos eventos / planilhas de histórico de consumo, conforme informações narradas pelas Unidades Requisitantes nos documentos inseridos aos autos.

2.4 Para o Hospital Municipal Raul Sertão: A presente contratação de lanches para remoção de pacientes do HMRS é necessária para garantir segurança alimentar e nutricional dos servidores responsáveis por essas viagens realizadas diariamente para diversos locais.

2.5 Hemocentro Regional: A presente contratação de lanches para o Hemocentro Regional de Nova Friburgo é de extrema necessidade para o regular funcionamento da Unidade tendo em vista que de acordo com a Portaria Nº 158 de 2016, que define o regulamento técnico de procedimentos hematerápicos, é aconselhável fornecer lanches para o cidadão voluntário para garantir a integridade física do doador.

2.5.1 Art. 47. Será fornecido ao doador a possibilidade de hidratação oral antes da doação e os doadores que se apresentarem em jejum prolongado receberão um lanche antes da doação.

2.5.2 Art. 74 §2º. É aconselhável a oferta de lanche e doador.

2.6 Para o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador: Lanches para a equipe do Cerest Se 1 realizar ação de regionalização nos municípios da área de abrangência.

2.7 Subsecretaria de Atenção Básica: Contratação de empresa especializada no fornecimento de kit lanches que serão servidos em seminários, palestras, cursos, capacitações, reuniões das áreas técnicas, Saúde do Idoso, Saúde da Mulher, Saúde da Criança, Adolescente e Amamentação, Programa de Saúde da Escola, Doenças e Agravos Não Transmissíveis, pertinentes a Subsecretaria de Atenção Básica.

2.8 Programa Melhor em Casa: Contratação de empresa especializada no fornecimento de lanches que serão servidos em seminários, palestras, cursos, capacitações, reuniões da equipe programa melhor em casa.

2.9 Estratégia de Saúde da Família: Contratação de empresa especializada no fornecimento de lanches para atender as necessidades de 20 Unidades que compõem a Estratégia de Saúde da Família do Município que serão servidos em seminários, palestras, cursos, capacitações, reuniões e outros eventos para atender 20 (vinte) equipes. Atualmente a ESF possui em torno de 270 (duzentos e setenta) profissionais.

2.10 Subsecretaria de Atenção Básica/Imunização: Contratação de empresa especializada no fornecimento de kit lanches e quentinhas. O quantitativo atenderá a demanda de vacinação das várias campanhas de multivacinação, vacinação extramuro, itinerantes, eventos e reuniões.

2.11 Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Setor de Promoção de Saúde: No ano de 2022 e 2023 não ocorreu solicitação do fornecimento de lanches, já que a equipe da promoção da saúde foi efetivada em dezembro de 2022, de forma que não houve tempo hábil para os pedidos de 2021 e 2022. Lanches para equipe de promoção e parceiros de trabalho, para realização de ações de promoção a saúde e prevenção de doenças. Dois eventos para comunidade, com uma equipe intersectorial, totalizando 30 profissionais e voluntários envolvidos na ação: 2 Guardas Municipais, 8 estagiários de biomedicina e técnicos de enfermagem, 2 representantes da Secretaria de Esporte, 2 professores voluntários da UFF, 3 equipe CEREST, 4 setor de promoção de saúde, 8 equipe da Estratégia da Família da Região envolvida, tal evento será realizado de forma semestral, totalizando 2 ano de 2024. Evento de capacitação da Coordenação de Tabagismo será realizado: 3 dias do curso com uma equipe de 40 profissionais envolvidos, sendo esses da atenção básica e Vigilância em Saúde. A ação feita pela Coordenação de Prevenção de Violência será com uma equipe de 5 profissionais parceiros e voluntários de forma semestral no ano de 2024, sendo esses 2 do setor de promoção e 2 voluntários – totaliza 190 kits de lanche pelo período de 12 meses.

2.12 Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Vigilância Ambiental: Campanha de Vacinação Antirrábica Animal (Dia D) e itinerante na área rural. A campanha tem previsão de ocorrer entre julho e dezembro de 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Aquisição de lanches e quentinhas, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde pelo período de 01 (um) ano, através da realização de certame licitatório, a fim de determinar o fornecimento

do material pelo menor preço unitário com a adoção do Sistema de Registro de Preços, de forma mais econômica possível à administração.

A presente aquisição será através do Sistema de Registro de Preço de acordo com as hipóteses previstas no Decreto Federal n 11462/2023, Art. 3º, em principal pela imprevisibilidade do quantitativo a ser utilizado, cumprindo o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.2 Atender às solicitações nos prazos estipulados.

4.1.3 Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitantes.

4.1.4 Entregar o material nos horários e locais estabelecidos no Termo de Referência.

4.1.5 Substituir os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo.

4.1.6 Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

4.1.7 Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação, em especial as RDC's, Resoluções e Portarias citadas no item 8 deste ETP.

4.2 *Sustentabilidade:*

4.2.1 *Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.2.1.1A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.2.1.2 A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis;

4.2.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.3 Caberá à Contratada fornecer todo o material descartável necessário ao consumo dos alimentos, tais como talheres, guardanapos, copos e/ou canudos descartáveis.

4.4 A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, o prazo de validade dos produtos que serão preparados.

4.5 Os demais produtos deverão ter o prazo de validade descrito nas embalagens individuais, nos termos da legislação vigente.

4.6 As frutas, devidamente higienizadas, deverão ser de boa qualidade, sem lesões, manchas, amassados ou qualquer outro indício de má qualidade ou mal estado de conservação.

4.7 As refeições deverão ser preparadas nas dependências da Contratada.

4.7.1 Os alimentos deverão ser preparados de acordo com a legislação vigente e a utilização de insumos de primeira qualidade.

4.7.2 Ocorrendo fato novo, decorrente de força maior ou de caso fortuito, fica a critério da Contratante modificar o horário para a entrega dos alimentos, o qual deverá ser comprovadamente informado à Contratada.

4.8 DO TRANSPORTE

4.8.1 As embalagens utilizadas para o acondicionamento, quanto para o transporte deverão garantir a qualidade dos alimentos, sem alteração de suas características físicas, físico-químicas ou microbiológicas.

4.8.2 Durante o processo de entrega das refeições, os alimentos deverão estar devidamente acondicionados em recipientes climatizados, de forma a garantir a temperatura e conservação dos produtos.

4.9 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.9.1 Não será necessário a apresentação/indicação de marcas, características ou modelos para a presente contratação.

4.10 Da exigência de amostra:

4.10.1 Não Cabe.

4.11 Da vedação de contratação de marca/produto:

4.11.1 Não Cabe.

4.12 Da exigência de carta de solidariedade:

4.12.1 Não Cabe.

4.13 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.14 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, devido à natureza do objeto solicitado no presente.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes.

5.2 A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

- **Hospital Municipal Raul Sertão** – Rua General Osório nº 324, Centro – Nova Friburgo/RJ;
- **Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro**: Travessa Antônio Fernandes Moreira nº12, Centro – Nova Friburgo/RJ;
- **Hemocentro Regional de Nova Friburgo**: Rua General Osório nº 324, Centro - Nova Friburgo/RJ;
- **Centro de Referência em Saúde do Trabalhador**: Rua Augusto Cardoso nº 62, Centro – Nova Friburgo/RJ;

- **Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Vigilância Ambiental** – Rua Augusto Cardoso n° 62, Centro – Nova Friburgo/RJ;
- **Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Setor de Promoção de Saúde** – Rua Augusto Cardoso n° 62, Centro – Nova Friburgo/RJ;
- **Subsecretaria de Atenção Básica (Melhor em Casa, Estratégia de Saúde da Família e Imunização)** – A ser informado com prazo de 5 (cinco) dias de antecedência.
- **Horários:** Segunda a Sexta, das 09h:00 às 16h:00, respeitando o horário de almoço entre 12h:00 às 13h:00;

Obs: Considerando que a Subsecretaria de Atenção Básica utiliza os lanches e quentinhas para consumo em eventos específicos cujo o endereço pode variar, a contratada será informada com antecedência pelos fiscais sobre o quantitativo e endereço a ser entregue naquela ocasião.

5.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Caso seja constatado no fornecimento do objeto licitado, que seu conteúdo não se apresenta em condições adequadas e normais de consumo humano, a empresa fornecedora deverá, imediatamente, proceder a retirada dos produtos inadequados e fornecer no prazo máximo de 01 (uma) hora, novos produtos em condições adequadas de consumo, sob pena de aplicação das penalidades constantes neste Termo de Referência.

5.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

6.8 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Higor de Barros Pinto	063.344	Gestor Titular
Gilmara Guimarães de Souza	063.343	Gestor Substituto
Hospital Municipal Raul Sertão		
Idenilson Moura Rodrigues	063.433	Superior Imediato
Mikaela Raphael Guerreiro Santos	115.274	Fiscal Titular
Karina Abibi Rimes Dias	115.285	Fiscal Substituto
Soraya Fonseca Salvaya de Paula	115.286	Fiscal Substituto
Maria Vitória da Costa Rezende	115.290	Fiscal Substituto
Branca Martins Furtado Fernandes	111.860	Fiscal Substituto
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro		
Adiane de Jesus Schenquel	299.287	Superior Imediato
Tânia Maria Amorim Costa	299.369	Fiscal Titular
Silvia Verly Silva	206.933	Fiscal Substituto
Hemocentro Regional de Nova Friburgo		
Danielle Gonçalves Nazareth	062.724	Superior Imediato
Evaldo Barros Ortega	207.477	Fiscal Titular

Vinícius Darcy da Silva	063.324	Fiscal Substituto
Atenção Básica		
Alexandra Rodrigues Barbosa	299.038	Superior Imediato
Patrícia Soares Carvalho	299.080	Fiscal Titular
Sandra de Araújo	299.102	Fiscal Substituto
Melhor em Casa		
Alexandra Rodrigues Barbosa	299.038	Superior Imediato
Pâmela Freiman de Almeida	063.203	Fiscal Titular
Daniele Cunha Emerick Barreto	111.983	Fiscal Substituto
Estratégia de Saúde da Família		
Alexandra Rodrigues Barbosa	299.038	Superior Imediato
Karla Herdy Almeida	299.089	Fiscal Titular
Wendy Geissler	207.621	Fiscal Substituto
Imunização		
Alexandra Rodrigues Barbosa	299.038	Superior Imediato
Aline Lima de Abreu	207.680	Fiscal Titular
Josiane Bastos Vasconcellos	207.688	Fiscal Substituto
CEREST		
Carolina Gonçalves Camilo da Silva	111.235	Superior Imediato
André Luiz Faria Vieira	207.016	Fiscal Titular
Luiz Carlos Frez Pinheiro	207.604	Fiscal Substituto
Promoção de Saúde		
Alícia Siqueira Emerich	063.219	Superior Imediato
Retiane Luccas Pereira	063.240	Fiscal Titular
Anielle Teixeira de Oliveira	063.246	Fiscal Substituto
Vigilância Ambiental		
Alícia Siqueira Emerich	063.219	Superior Imediato
Marcelo Miller Martins da Costa	207.004	Fiscal Titular
Felipe de Souza de Oliveira	207.010	Fiscal Substituto

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

6.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

7.1 Todos os materiais deverão ser entregues nos endereços apontados no item 5.2 deste Termo de Referência.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea 'a' da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.5 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.6 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.8 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:**
- 8.12.1 Habilitação Jurídica;**
- A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.3 Qualificação econômico-financeira:

8.12.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.12.3.2 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos

de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.12.3.3 Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.12.3.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.12.3.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.12.5.6 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.12.5.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.12.4 Qualificação técnica.

8.12.4.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

8.12.4.1.1 - Certidão de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Nutrição – CRN, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. (art. 67, inc, V da Lei 14.133/21)

8.12.4.1.2 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. (art. 67, inc. II da Lei 14.133/21)

8.12.4.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.12.4.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.12.4.4 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.13 CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

8.13.1 - Apresentação de profissional, responsável técnico, devidamente registrado pelo Conselho Regional de Nutrição, para fins de contratação com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme abaixo: (art. 67, inc. i, Lei 14.133/21)

a) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

a.1) Carteira de Trabalho;

a.2) Certidão do CRN;

a.3) Contrato Social;

a.4) Contrato de prestação de serviços;

a.5) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

a.6) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pelo serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

8.13.2 Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Nutrição - CRN, dentro de seu prazo de validade.

A) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O valor estimado será de acordo com o Anexo XI (Requisição de Compras/Serviço), elaborado após pesquisa de mercado realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, conforme determina o Decreto Municipal nº 2007 de fevereiro de 2023.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Hospital Municipal Raul Sertã	30001.10.302.0085.2.202	1600	33.90.30-36
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro	30001.10.302.0085.2.203		
Hemocentro Regional de Nova Friburgo	30001.10.302.0085.2.207		
Subsecretaria de Atenção Básica	30001.10.301.0083.2.193		
Melhor em Casa	30001.10.301.0083.2.199		
Estratégia de Saúde da Família	30001.10.301.0083.2.194		
Imunização	30001.10.301.0083.2.193		
CEREST	30001.10.302.00862.212		
Promoção de Saúde	30001.10.305.00862.208		
Vigilância Ambiental	30001.10.305.00862.208		

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 02 de fevereiro de 2024.

GESTOR:
<hr/>
Higor de Barros Pinto Matr.: 063.344

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matr.: 063.454